

A. RITA-FERREIRA

**ETNO-HISTÓRIA
E
CULTURA
TRADICIONAL
DO
GRUPO
ANGUNE (NGUNI)**



**ETNO-HISTÓRIA
E
CULTURA
TRADICIONAL
DO
GRUPO
ANGUNE (NGUNI)**

INTRODUÇÃO

O pequeno livro a que demos o título «Caracterização e Agrupamento Étnico dos Indígenas de Moçambique», constituiu uma tentativa incipiente, incompleta e demasiadamente abreviada. Não admira que, desde a sua publicação, fosse avultando em nós a aspiração de proceder à sua profunda revisão e ampliação. Aspiração que se alicerçou não tanto em ânsias algo egocêntricas de perfeição mas sobretudo no crescente reconhecimento da necessidade de proporcionar conhecimentos sólidos e práticos a todos aqueles que, confrangedoramente carecidos de informação válida, têm por missão contribuir de modo directo para a promoção social e económica desses milhões de rurais que continuam e continuarão integrados nas nossas comunidades de tipo tribal.

Entretanto outros trabalhos e interesses se meteram de permeio, fazendo adiar de ano para ano a concretização daquele intuito. Finalmente, foi o Prof. Dr. Xavier da Cunha, então Director do Instituto de Investigação Científica, que veio oferecer-nos o indispensável apoio moral e material para iniciarmos a compilação da vasta obra.

Vasta, na verdade, pois até para nós foi surpresa a abundância do material etnográfico ao dispor dos estudiosos. Mas, para ser convenientemente aproveitado, exige não só familiaridade com a documentação, mas também cuidadosa ponderação e infinita paciência quer a identificação dos elementos supérfluos e indignos de confiança quer a particularização das informações respeitantes a cada grupo ou subgrupo étnico.

Acresce que, influenciados pela orientação da moderna historiografia africana, pareceu-nos aconselhável que a descrição da cultura tradicional de cada etnia fosse precedida por uma introdução em que incluíssemos os elementos até ao presente apurados sobre as circunstâncias históricas que levaram à sua diferenciação. Nessa tarefa muito nos ajudaram os escritos do já elevado número de eruditos, sobretudo estrangeiros, que vêm procurando, por métodos sistemáticos, objectivos e intensivos, reconstituir o passado dos povos africanos.

A grande acumulação de material, a nova perspectiva histórica, o facto de não dispormos do pessoal auxiliar privativo até mesmo para a dactilografia, o incessante acréscimo das nossas normais obrigações profissionais, e, valha a verdade, a fadiga física e psíquica resultante de tantos anos de trabalhos excessivos e descansos ínfimos, deram como resultado que o tempo de preparação do manuscrito final se prolongasse muito para além do que inicialmente havíamos previsto.

*

Por norma seguimos o critério de apresentar sem comentários nem propósitos comparativos, os dados pertinentes obtidos pela consulta de fontes publicadas ou manuscritas merecedoras de maior crédito. Apenas raramente acrescentámos ligeiras observações pessoais.

A verdade é que numa obra desta natureza não é possível confrontar as informações fornecidas pelos numerosos autores consultados. Estes divergem extremamente entre si, quer em formação antropológica e espírito de observação, quer no que respeita ao período de permanência entre os povos que descrevem, quer relativamente ao modo como recolheram os seus dados, quer enfim, no que concerne o fulcro dos seus interesses individuais. Por tal motivo, afigurou-se-nos preferível limitarmos-nos a reproduzir as achegas que cada um presta, deixando ao leitor a tarefa ingrata de efectuar comparações e descobrir por si próprio as divergências. Esta eliminação da crítica comparada, trouxe para o autor a apreciável vantagem de encurtar o tempo de confecção da obra e de lhe reduzir a fadiga intelectual. Mas decerto mais importante é a possi-

bilidade de desencadear no espírito de alguns leitores — com efeitos benéficos para si próprios e para a sociedade em geral — uma curiosidade tal que os leve a publicar esclarecimentos sobre aspectos obscuros ou duvidosos da história e da cultura tradicional das populações que melhor conhecem.

*

A dependência em relação à bibliografia publicada, deu como resultado que os diversos aspectos das culturas tradicionais sejam, de um para outro grupo étnico, tratados com desigual relevo. Pode, por conseguinte, acontecer que uma faceta de somenos importância, como os adornos, seja tratada mais desenvolvidamente do que, digamos, o sistema de parentesco.

Mesmo assim, em relação aos povos deficientemente conhecidos, evitámos dispersarmo-nos em pormenores irrelevantes que apenas encheriam espaço e impressionariam incautos. Mais útil e honesto será evidenciar a escassez e superficialidade das informações disponíveis e, dessa maneira, alarmar os espíritos responsáveis e, quem sabe, estimular quaisquer futuros estudiosos a concentrar neles a sua atenção. Concomitantemente, os relatos pormenorizados respeitantes aos grupos que tenham sido objecto de estudos sérios e profundos, terão a vantagem de permitir que esses potenciais investigadores efectuem confrontos e melhor se apercebam de quais sejam os aspectos mais obscuros senão mesmo totalmente ignorados.

A própria falta de homogeneidade do material possibilita a qualquer um, após pesquisas mais ou menos aturadas, concluir que entre os povos da sua área, existem crenças ou concepções ou instituições semelhantes às que aqui lerá algures. Se tomar a feliz decisão de divulgar os resultados das suas investigações, ganharão com isso não meramente os académicos e os eruditos, mas, acima de tudo, os que, na sua prática profissional, sejam médicos, missionários, agrónomos ou administradores, levem em consideração as particularidades postas a descoberto. E nós, ao conseguirmos estimular intelectualmente esse latente pesquisador, ficaremos com a satisfação de ter prestado à grei um relevante serviço.

*

Tão pouco fomos guiados pela preocupação de apurar se continuam a subsistir os costumes, os valores, o direito consuetudinário, a organização

política e social, as práticas agrárias, os objectos da cultura material, etc. É tão diverso o grau de sobrevivência das peculiaridades das culturas tradicionais que qualquer investigador solitário e sem recursos de tempo e pecúnia — como é o caso do presente autor — se encontra impossibilitado de apresentar observações, mesmo genéricas, sobre tal matéria.

Para ser seriamente efectuado tal apuramento exigiria conhecimentos humanamente impossíveis de reunir num único indivíduo por mais genial que fosse. Por isso nos pareceu preferível deixá-lo igualmente aos leitores atentos e interessados. Todos aqueles que, por dever profissional ou curiosidade intelectual, tenham que se debruçar sobre os problemas humanos de Moçambique, são aqui instantemente rogados a não desperdiçarem o seu tempo e os seus talentos em fáceis críticas a esta compilação, mas sim a estudar com método e intensidade, para depois darem publicidade a todas essas complexas mutações culturais que se têm verificado por pressão dos contactos, mais ou menos estreitos, com a civilização da técnica e da ciência aplicada.

Mas cautela! Essa capacidade de sobrevivência é maior do que comumente se supõe. Sabe-o, por exemplo, quem perscrute a recente tese de Martha Binford, com fascinante material compilado a escassos quilómetros da capital, ou, ainda, quem se debruce sobre a espantosa persistência dos cultos de possessão entre a população urbanizada.

*

Sem menosprezar o concurso dos estudiosos nacionais, queremos aqui manifestar o nosso apreço pelo contributo que tantos estrangeiros souberam dar para o melhor conhecimento da história e da cultura dos povos de Moçambique. A nomes antigos quer já desaparecidos do número dos vivos, como H. Alexandre Junod, Dora Earthy, André Clerc, Thomas Price, P. M. Schulien, quer ainda desenvolvendo espantosa actividade como Hugh Tracey e H. Ph. Junod, vieram, paulatinamente, juntar-se novas autoridades como D. P. Abraham, Martha Binford, Walter Felgate, D. G. Webster, Alf Helgesson, C. M. M. Cuppen, J. M. Schoffeleers, Edward A. Alpers, Alan Smith, G. Liesegang, M. Newitt, A. Isacman e outros. Tiveram a coragem de enfrentar perigos, sacrifícios e desconfortos para poderem conviver largos meses com as comunidades que pretendiam estudar. Outros debruçaram-se exaustivamente sobre os arquivos nacionais. Deve-se à sua admirável aplicação e lucidez um conjunto já impressionante de trabalhos de investigação sistemática que libertaram o passado africano das brumas em que se encontrava mergu-

lhado. A sua actividade situa-se num pólo oposto à de certos «etnólogos» que tremem diante da perspectiva de deixar as delícias citadinas ou a dos nossos concidadãos que, incapazes de explorar a própria riqueza dos arquivos ou aplicar as suas energias a alinhar em papel impresso a sapiência que se afirma possuírem, preferem esgotar-se a accionar o sistema vocal em fúteis e intermináveis verborreias perante a beatífica e insignificante camarilha de que se cercam.

*

Da mesma maneira do que a «Caracterização» esta obra é apresentada por grupos étnicos.

Pode levantar estranhezas o facto de a iniciarmos pelo grupo de menor representatividade numérica em Moçambique, aquele a que preferimos chamar Angune por considerarmos pouco precisas as denominações correntes de «landins» e «vátuas». É que as invasões, saques e conquistas militares em que os seus diversos ramos se lançaram durante o século findo, conseguiram afectar áreas vastíssimas e populações tão dispares quão numerosas. Conduziram a tão profundas transformações sociais, económicas, políticas e religiosas que, ao descrever os restantes grupos, teríamos que lhes fazer constante referência. Recordemos que dos cinco grupos partidos da actual Kwazulu e Suazilândia, nada menos do que quatro atravessaram, devastaram e efectivamente ocuparam durante mais de setenta anos uma grande parte do território de Moçambique.

Terminada a exposição dos acontecimentos que abalaram os povos vangunês na sua terra natal, durante quase todo o século XIX, passaremos depois a relatar a história dos diversos grupos migrantes da mesma origem que transportaram consigo os métodos políticos e militares em que Chaka baseou os seus triunfos. Desde a Baía do Espírito Santo até ao Lago Tanganhica, desde a costa do Índico até às quedas de água de Vitória, vieram a influenciar profundamente a existência de milhões de seres humanos.

É possível que em face dos raptos e morticínios que virem referidos, alguns leitores sintam crescer no íntimo soberbas convicções sobre o humanitarismo da sua própria civilização. Caiam em humildade e recordem-se de que essas devastações foram insignificantes quando comparadas com as hecatombes de inocentes devidas aos modernos bombardeamentos aéreos de explosivos, desfoliantes e produtos incendiários.

O caso dos Vangunes é, a nosso ver, mais um espantoso exemplo dessa sobre-humana energia física e psíquica que, repentinamente, parece

electrizar todo um povo, lançando-o em feitos transcendentais e de larguíssimas repercussões históricas. Podem nesse aspecto, colocar-se os Vangunes a par de Macedónios, Romanos, Germanos, Árabes, Vikings, Mongóis, Otomanos, Portugueses, Espanhóis, Ingleses e tantos outros fundadores de impérios. Não pode deixar de se admirar a extraordinária resistência dos regimentos invasores que, sem dificuldade aparente, efectuavam marchas aceleradas de centenas de quilómetros por territórios acidentados, desconhecidos, cobertos de mato e infestados de perigos e doenças. Um factor que se nos afigura merecedor de ponderação para compreender esta superior eficiência baseia-se na melhor alimentação e na dieta carnívora, ambas derivadas de saques, tributos e confiscações. Há também que ter em conta os resultados biológicos da selecção dos rapazes mais robustos e das mulheres mais perfeitas para efeitos de incorporação nos regimentos e nos lares polígamos. Notável também foi o esforço de assimilação realizado por esses invasores. Poucos povos na história da Humanidade se revelaram, em tão curto espaço de tempo, capazes de integrar com êxito, na sua própria sociedade, tão grande número de cativos de guerra. A tal propósito ousaremos afirmar que a função política da poliginia em África tem sido superficialmente estudada. Foi graças a ela que alguns milhares de jovens guerreiros puderam, em uma ou duas gerações dar origem a estados viáveis. Mercê da união com as princesas das tribos submetidas os membros das casas reinantes puderam perpetuar o seu domínio.

Levados por razões de diversa ordem, deixámos deliberadamente para o final a história do grupo que partiu para o Norte comandado por Sochangana que mais tarde veio a designar-se por Manicusse.

Em primeiro lugar, o facto dos grupos precedentes terem sido intensiva e sistematicamente estudados por qualificados antropólogos e etno-historiadores (E. Krige, H. Kuper, A. J. B. Hughes, J. van Velsen, J. A. Barnes e M. Read) permitiu-nos melhor interpretar as observações superficiais que, em relação ao Império de Gaza, foram efectuadas por viajantes, comerciantes, missionários e militares. Recordemos que a perspectiva em que nos colocámos foi mais de antropólogo cultural do que de historiador, ainda que a excelente tese histórica de G. Liesegang nos haja sido de extrema valia.

Em segundo lugar foi aquele que mais directamente afectou Moçambique, tendo aqui ocupado durante os setenta anos da sua duração, um território cuja extensão e população não foi igualado por qualquer dos restantes grupos vangunes.

Em terceiro lugar, foi juntamente com os Swazis e Ndebeles, o que conseguiu manter a coesão durante mais prolongado espaço de tempo.

Em quarto lugar ressaltam melhor as relações sui generis que os monarcas de Gaza sustentaram com os representantes da Coroa Portuguesa. Não pode deixar de surpreender como se diferenciaram das mantidas entre os restantes reinos de origem angune e as autoridades constituídas por Africaners, Ingleses e Alemães. Os acontecimentos em Moçambique distinguem-se pela singularidade do Governo Português haver decidido mover guerra ao Império de Gaza só depois de um longo período de aliança e de colaboração de que beneficiaram Manicusse, Mawewe, Muzila e Gungunhana. Embora esporadicamente, chegaram a auferir do apoio militar português na submissão das tribos autóctones.

*

Terminaremos com algumas observações práticas :

a) Usamos a palavra «império» para designar um aglomerado de povos sem unidade cultural e linguística, compulsivamente reunidos sob a égide de uma monarquia. Teremos assim «Império de Gaza», «Império Marave», «Império do Muene Mutapa». Quanto à «Nação» será um aglomerado político que unificou povos de igual língua e cultura ou que assimilou efectivamente dentro do seu sistema numerosos cativos de outras etnias, como a Nação Angune (Nguni);

b) A ordem observada na exposição é semelhante à sugerida na publicação do Instituto Internacional Africano «Notes and Querries on Anthropology» :

Etno-história

Organização política

Sistema económico

Estrutura social

Vida e morte do indivíduo

Rituais e crenças

Conhecimentos e tradição

Língua

Cultura material

Jogos e entreténs

Manifestações artísticas e musicais.

Dentro de cada subgrupo a mudança de assunto é marcada por um maior intervalo assinalado por um asterisco;

c) Na ortografia das palavras nativas procurámos respeitar, mutatis mutandis, as recomendações da reunião ecuménica realizada em Lourenço Marques de 23 a 24 de Outubro de 1968, com a presença dos linguistas Profs. Baumbach e Marivate. Embora se concentrasse no Ronga, foi este, tanto quanto sabemos, o primeiro esforço colectivo válido para resolver aquele problema complexo mas oficialmente ignorado.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
------------	---

I PARTE

VANGUNES DE ORIGEM

Cap. I — A vida tradicional	13
Cap. II — Os fundamentos demográficos, económicos e políticos da expansão	25
Cap. III — Os aspectos bélicos da expansão	29
Cap. IV — A nova organização política e militar	37
Cap. V — O INKOSI	47

II PARTE

NOVAS UNIDADES POLÍTICAS FORMADAS PELOS GRUPOS MIGRATÓRIOS E IMPERIALISTAS

Cap. I — Suazis (Swazi)	57
Cap. II — Matabeles (Ndebele)	75
Cap. III — N'qaba	89
Cap. IV — Zwanguendaba	93
Cap. V — Angonis (Ngoni)	107

III PARTE

O IMPÉRIO DE GAZA

Cap. I — Sochangana ou Manucusse	131
Cap. II — A guerra civil entre Muzila e Mawewe	137
Cap. III — Muzila	143
Cap. IV — Gungunhane (Nghungunyani)	149
Cap. V — A NKUAYA e a grande assembleia anual	169
Cap. VI — Organização política e administrativa	173
Cap. VII — Aspectos económicos	185
Cap. VIII — As prerrogativas do INKOSI	193
Cap. IX — Organização militar	201
Cap. X — Vida do indivíduo	215
Cap. XI — Direito consuetudinário e resolução de litígios	219
Cap. XII — Crenças e práticas mágico-religiosas	223
Cap. XIII — Aspectos da vida material	229
BIBLIOGRAFIA	233